Taxa cambial estimada conforme cenários de stress	2,48 (i)	3,10	3,72
Diferença entre as taxas	(0,137)	(0,757)	(1,377)
Efeito no resultado financeiro líquido em R$ - (perda) / ganho	(3.729)	(20.554)	(37.378)

Análise de Sensibilidade - Risco de taxa de câmbio

Consolidado	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Exposição em USD 31/12/13	7.699	7.699	7.699
Taxa do USD em 31/12/13	2,3426	2,3426	2,3426
Taxa cambial estimada conforme cenários de *stress*	2,48 (i)	3,10	3,72
Diferença entre as taxas	(0,137)	(0,757)	(1,377)
Efeito no resultado financeiro líquido em R$ - (perda) / ganho	1.058	5.831	10.605

Análise de Sensibilidade - Risco de taxa de câmbio

Controladora e Consolidado	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Exposição em EUR 31/12/13	2.619	2.619	2.619
Taxa do EUR em 31/12/2013	3,2265	3,2265	3,2265
Taxa cambial estimada conforme cenários de stress	3,4218 (i)	4,2773	5,1327
Diferença entre as taxas	(0,195)	(1,051)	(1,906)
Efeito no resultado financeiro líquido em R$ - (perda) / ganho	511	2.752	4.992

(i) Para o cenário em US$ e € foi considerada a taxa estimada para o ultimo dia de 2014, conforme Bovespa.

A Sociedade não realizou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

A Sociedade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, bem como não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

19. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

O total de remuneração dos administradores da Sociedade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R$0 (R$460 em 2012). A remuneração foi paga pela parte relacionada Imerys Rio Capim Caulim S.A..

20. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Sociedade, manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e estoques suscetíveis a sinistros para fazer face aos riscos envolvidos, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2013 os valores das apólices de seguros montavam em R$498.080, (R$463.790 em 31 de dezembro de 2012).

21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2013, a Sociedade realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

• A Sociedade adquiriu ativo imobilizado no valor de R$1.691 cujo valor a ser pago está reconhecido em fornecedores, no passivo circulante, e com os respectivos impostos a recolher.

22. EVENTO SUBSEQUENTE

Conforme Ato declaratório executivo nº 06, datado de 17 de Março de 2014, o delegado da Receita Federal do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, inciso VI, publicado no DOU de 17 de maio de 2012; e de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto 4.212 de 26 de abril de 2002; do art 1º, §2º e §3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, no art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, com base no laudo constitutivo nº 100/2013 de 13 de novembro de 2013, emitido pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, do Ministério da Integração Nacional, declarou que:

(a) Fica reconhecido o direito da empresa Pará Pigmentos S/A, à redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, incidente sobre o lucro de exploração, relativo ao projeto de modernização total do empreendimento da Sociedade na área de atuação da SUDAM, com prazo de fruição contado no período a partir do ano-calendário 2013 e término em 2022, com direito ao gozo do benefício a partir de 29 de março de 2014, conforme estabelece a Instrução Normativa SRF nº 267, art.60, §1º e §2º.

(b) O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, sendo considerado como distribuição do valor do imposto: I - a restituição de capital aos sócios ou acionistas, em caso de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

(c) A inobservância do disposto no parágrafo anterior, bem como a inexistência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica deixar de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

(d) O Ato declaratório entrou em vigor na data de sua publicação.

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 23 de abril de 2014.

José Marqueide Felix dos Santos	Laurent Gilles Jean Zago	Marcos Fernando Dias Moreira
Contador CRC - PA 010761-O/7	Diretor Financeiro	Diretor Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Pará Pigmentos S.A.
Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pará Pigmentos S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

(a) Conforme descrito na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade apresentava ICMS a recuperar junto ao Estado do Pará no montante de R$41.581 mil (R$40.262 mil em 31 de dezembro de 2012). Entretanto, a realização desses créditos depende de eventos futuros que não estão sob o controle direto da Administração, portanto, entendemos que uma provisão para não recuperação destes créditos, no montante de R$40.881 mil, deveria ser registrada, em 31 de dezembro de 2013 (R$39.216 mil em 31 de dezembro de 2012). Consequentemente, o ativo e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 estão superavaliados em R$40.881 mil (R$39.216 mil em 31 de dezembro de 2012) e o lucro líquido referente ao exercício findo naquela data está a maior em R$1.665 mil (em 31 de dezembro de 2012 o lucro líquido está apresentado a menor em R$9.328 mil).

(b) Em 31 de dezembro de 2013, existem riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais no montante de R$19.292 mil (R$18.580 mil em 31 de dezembro de 2012) considerados como prováveis que não tinham sido provisionados. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2013, o patrimônio líquido referente ao exercício findo naquela data está superavaliado em R$19.292 mil (R$18.580 mil em 31 de dezembro de 2012) e o lucro líquido referente ao exercício findo naquela data está a maior em R$712 mil (em 31 de dezembro de 2012 o lucro líquido está apresentado a maior em R$4.270 mil).

(c) A Sociedade registrou em exercícios anteriores provisão para riscos fiscais, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 montava em R$4.916 mil, referente a eventuais riscos identificados nos procedimentos de diligência realizados pelos consultores jurídicos da Sociedade quando da sua aquisição pelo Grupo Imerys. Em 2013, a administração da Sociedade reverteu o montante de R$1.750mil da provisão acima mencionada em decorrência da avaliação de seus consultores jurídicos. Entretanto, é nosso entendimento que a Sociedade deve mensurar quaisquer provisões para riscos fiscais reconhecidas em razão de uma combinação de negócios até que os riscos sejam liquidados, cancelados ou extintos. Consequentemente, o patrimônio líquido e o lucro líquido referente ao exercício findo naquela data estão superavaliados em R$1.750 mil.

(d) A Sociedade está em processo de conciliação do saldo de depósitos judiciais contabilizados pelo montante de R$3.963 mil em 31 de dezembro de 2013 com os registros informados pelas instituições financeiras e pelo departamento jurídico. Após a conclusão desta conciliação, ajustes poderão ser identificados, afetando as demonstrações financeiras. Consequentemente, não nos foi possível determinar os impactos deste assunto nos depósitos judiciais e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013, e no resultado do exercício findo nesta data.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos decorrentes dos assuntos descritos nos parágrafos (a), (b) e (c); exceto pelos efeitos, se houver, que poderiam decorrer do assunto mencionado no parágrafo (d) do grupo "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pará Pigmentos S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

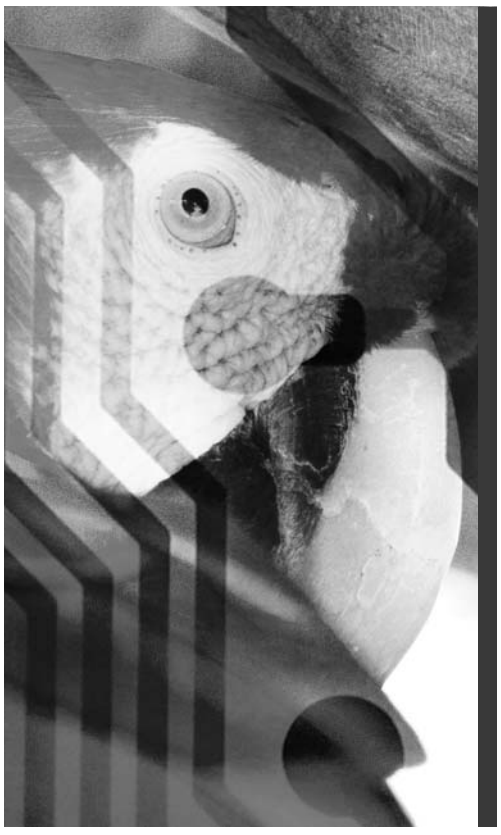
Ênfase

Transações com partes relacionadas

Sem modificar nossa opinião, chamamos à atenção à nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, que menciona que a Sociedade mantém operações em montantes significativos com partes relacionadas, as quais são efetuadas em condições comerciais estabelecidas de comum acordo entre as partes.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Vagner Ricardo Alves
Auditores Independentes	Contador
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG	CRC-1SP 215.739/O-9



Certificado Digital IOE

Adquira o seu.

É oficial.
Pode confiar.

Conheça nossos serviços.

Contatos:
(91) 4009-7828
ar@ioe.pa.gov.br
Trav. do Chaco, 2271 – Marco
CEP: 66,093-542 • Belém - PA
www.ioe.pa.gov.br

IOE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
GOVERNO DO PARÁ